



## SINDICATO DOS MÉDICOS DO NORTE

Rua Faria Guimarães, 718, 3º Andar  
4200-289 PORTO  
Telf: +351 22 509 5095

Fax: +351 22 502 4447  
E-mail: mail@sindicatomedicosnorte.pt

### Informação Jurídica

**Assunto:** Possibilidade do gozo de férias até ao final do ano de 2020.

Ao contrário do que aconteceu em março em que foi publicado o Despacho n.º 3300/2020 de 15/03 que estabeleceu uma restrição temporária do gozo de férias dos profissionais de saúde, tal não aconteceu com a Declaração do presente Estado de Emergência.

Assim, não foi publicado qualquer Despacho a impedir o gozo de férias já agendadas.

Assim, o impedimento do agendamento ou gozo de férias previamente agendadas obedece aos tramites normais previsto no Código do Trabalho, cujo Artigo 243.º, prevê que o empregador possa alterar o período de férias já marcado ou interromper as já iniciadas **por exigências imperiosas do funcionamento da empresa**, tendo o trabalhador direito a indemnização pelos prejuízos sofridos por deixar de gozar as férias no período marcado. (este preceito é igualmente aplicado aos trabalhadores em funções públicas)

Note-se que não deve bastar a alegação da declaração do Estado de emergência para que tal possa acontecer, mas deve tal decisão da entidade patronal ser adequada, necessária, proporcional e devidamente fundamentada.

**No caso do trabalhador médico não conseguir gozar no presente ano de 2020 a totalidade das férias, poderá fazê-lo no ano de 2021, uma vez que se mantêm ainda em vigor os números 2, 3 e 4 do Despacho 3300/2020 de 15/03 que dispõem o seguinte:**

*2 - O gozo do período de férias transitadas do ano anterior não fica condicionado ao limite de 30 de abril, legalmente previsto.*

*3 - A presente determinação não prejudica a aplicação de quaisquer regras sobre a aquisição do direito a férias, designadamente relativas ao seu posterior gozo e duração.*

*4 - As férias não gozadas no presente ano, por força da aplicação do presente despacho, podem ser acumuladas com as férias que se vencem a 1 de janeiro de 2021.*



Assim, as férias não gozada em 2020 poderão ser gozadas durante todo o ano de 2021, ou seja sem o limite previsto no código do trabalho de 30 de Abril.

Acréscce ainda, o seguinte:

O artigo 5º do DL 99/2020 de 22/11, com o aditamento do artigo 6ºE ao Decreto Lei 10 A/2020, veio prever o aumento de dias de férias dos profissionais de saúde, bem como a opção de auferirem, em substituição do gozo desses dias de férias adicionais, uma remuneração.

*“Artigo 6.º-E*

*Aumento de dias de férias*

*1 - Os profissionais de saúde, independentemente da natureza da relação jurídica de emprego, têm direito a um dia útil de férias por cada cinco dias de férias vencidas em 2020, ou em 2019, e cujo gozo não tenha lugar até ao final de 2020, por razões imperiosas de serviço.*

*2 - Por opção do trabalhador, os dias de férias resultantes do aumento nos termos do número anterior podem ser substituídos por remuneração equivalente a dia normal de trabalho prestado em dia útil.”*

Assim, além de não perderem os dias de férias não gozados em 2020, poderão ter direito (por cada 5 dias não gozados) a mais um dia de férias, ou à remuneração equivalente a um dia de trabalho normal.

Pelo Departamento Jurídico

Porto, 27 de novembro de 2020